



## CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA – CNPE

RESOLUÇÃO Nº \_\_, DE \_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2019.

**Estabelece a política de longo prazo para comercialização do petróleo e do gás natural da União.**

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 9º, incisos VI e VII, da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, no art. 4º, §§ 5º, 6º e 8º, da Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, no art. 1º, inciso I, alíneas “a”, “i” e “l” e no art. 2º, § 3º, inciso III, do Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000, no art. 7º, inciso III, e no art. 14, **caput**, do Regimento Interno do CNPE, aprovado pela Resolução CNPE nº 7, de 10 de novembro de 2009, o que consta do Processo nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_, e considerando

o interesse nacional em estimular a maximização do resultado econômico da comercialização do petróleo e do gás natural da União e, conseqüentemente, da sua receita total estimada na lei orçamentária anual;

a necessidade de assegurar a continuidade operacional de campos produtores e de promover quanto antes a monetização de descobertas;

as complexidades operacionais, logísticas, econômicas, legais e tributárias identificadas pelo Ministério de Minas e Energia, que demandam flexibilidade e agilidade comercial por parte da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA na escolha do modo mais eficaz e eficiente de comercializar a produção da União, com volumes crescentes e dispersos por vários campos;

que o petróleo e o gás natural destinados à União são comercializados de acordo com as normas do direito privado, dispensada a licitação, segundo a política de comercialização estabelecida pelo CNPE;

que compete à PPSA monitorar e auditar operações, custos e preços de venda de petróleo e gás natural praticados por seus agentes comercializadores, observadas as diretrizes estabelecidas pelo CNPE;

que a remuneração dos agentes comercializadores será calculada na forma prevista nos contratos celebrados pela PPSA, observadas as diretrizes CNPE; e

que o Brasil é um país exportador de petróleo pouco suscetível a choques de oferta externa que possam comprometer o abastecimento do mercado nacional, resolve:

Art. 1º Estabelecer a política de longo prazo para comercialização do petróleo e gás natural destinados à União, de acordo com as cláusulas e condições aprovados pela presente Resolução.

Art. 2º Solicitar à Casa Civil da Presidência da República diligências junto ao

Congresso Nacional, no sentido de propor a derrogação de menções ao uso dos preços de referência fixados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP no art. 4º, § 6º, da Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, e no art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 13.679, de 14 de junho de 2018.

§ 1º O preço de referência do petróleo e do gás natural, fixados pela ANP nos termos do art. 47 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, do art. 42-A, da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e do art. 3º, inciso V, do Decreto 2.705, de 3 agosto de 1998, tem finalidade própria de cálculo de participações governamentais.

§ 2º Enquanto as referências normativas citadas no **caput** estiverem em vigor, o preço de referência da ANP será utilizado nos termos do art. 10 desta Resolução.

Art. 3º São diretrizes da política de longo prazo:

I - a maximização do resultado econômico da comercialização, observada a moderação na assunção dos riscos inerentes à atividade;

II - a consideração das condições de mercado na livre formação dos preços de venda;

III - a adoção de referências internacionais para monitoramento de desempenho e auditoria de despesas inerentes à atividade de comercialização, em especial quando exercida por agentes comercializadores;

IV - a simplicidade, rastreabilidade e adoção das melhores práticas da indústria na gestão dos contratos para a comercialização; e

V - a motivação das decisões comerciais na escolha do modo mais eficaz e eficiente de comercialização, de modo a promover a integridade, a transparência e a redução dos riscos de conformidade.

§ 1º A política de longo prazo tem por finalidade a obtenção do maior valor agregado possível para o petróleo e o gás natural da União, considerando a variação de complexidades operacionais, logísticas, econômicas, legais e tributárias ao longo de sua execução.

§ 2º A comercialização indireta buscará a distribuição equitativa, em bases volumétricas, à União do valor criado pelos agentes comercializadores.

§ 3º Os preços de venda obtidos pela PPSA ou por seus agentes comercializadores serão livremente formados por meio negocial, observando-se os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência, e buscarão a maximização do resultado econômico dos contratos para comercialização.

Art. 4º O Ministério de Minas e Energia implementará ações objetivando a adoção, no País, do modelo de agrupamento de recursos para comercialização do petróleo da União.

§ 1º O Ministério de Minas e Energia fará diligências junto a órgãos da

Administração Pública Federal direta e indireta, no sentido de propor adequações regulatórias que viabilizem a plena adoção do modelo citado no **caput**.

§ 2º O Ministério de Minas e Energia fará diligências junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no sentido de propor políticas e harmonizar procedimentos e normas na concessão e regulamentação de benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS que tragam maior eficiência tributária à adoção do modelo citado no **caput**.

§ 3º O modelo de agrupamento de recursos buscará a comercialização de petróleo, diretamente pela PPSA ou indiretamente por seus agentes comercializadores, em pontos de maior liquidez de mercado.

§ 4º Consideram-se pontos de maior liquidez de mercado as áreas aprovadas para operações de transbordo em Águas Jurisdicionais Brasileiras, sejam com navios em berço, fundeados ou em movimento, e os terminais aquaviários localizados no País.

§ 5º A PPSA consolidará a produção da União a ser transferida de navios aliviadores para navios petroleiros ou para terminais.

§ 6º Contratos a serem futuramente outorgados pela ANP sob o regime de partilha de produção poderão dispor de cláusulas específicas referentes à incumbência, dos licitantes vencedores, em disponibilizarem o petróleo da União em pontos de maior liquidez de mercado, estabelecidos no § 4º deste artigo.

§ 7º Em áreas já contratadas sob o regime de partilha de produção, a PPSA poderá, na qualidade de consorciada, buscar negocialmente, dispensada a licitação:

I - a contratação do operador do consórcio ou de qualquer outro consorciado, para disponibilizar o petróleo da União em pontos de maior liquidez de mercado estabelecidos no § 4º deste artigo;

II - o agrupamento de operações de alívio e coordenação de navios aliviadores, por meio da combinação de esforços e divisão equitativa de custos logísticos, seja com consorciados ou quaisquer outras empresas detentoras de cargas de petróleo;

III - o afretamento próprio de navio aliviador; e

IV - o uso de novas tecnologias de alívio que façam frente às condições de mar e vento previstas para as operações de disponibilização da produção.

§ 8º A PPSA selecionará seus agentes comercializadores, dispensada a licitação, com base nos seguintes critérios:

I - volume próprio a ser agrupado ao petróleo da União;

II - tarifa cobrada para a comercialização;

III - capacidade operacional; e

IV - ausência de possíveis conflitos de interesse comercial.

§ 9º A PPSA contratará seus agentes comercializadores por períodos de até cinco anos, com avaliações anuais de desempenho e possibilidade de rescisão contratual em caso de **performance** significativamente inferior à paridade de mercado.

§ 10 A paridade de mercado referida no parágrafo anterior tem por premissa a determinação de preços nas seguintes bases, que, individualmente ou em combinação, poderão ser utilizadas na avaliação dos agentes comercializadores:

I - publicações internacionais de cotações de preços, ajustadas para os diferenciais de qualidade, os custos de transporte e outras especificidades relevantes;

II - preços obtidos em vendas entre partes independentes, ajustados para os diferenciais de qualidade, os custos de transporte e outras especificidades relevantes;

III - preços obtidos em vendas a terceiros que não sejam parte do mesmo grupo econômico, ajustados para quaisquer custos relacionados a melhorias do produto; e

IV - outros preços comparáveis ou valorações que possam existir.

§ 11 Quando a produção do petróleo da União atingir o patamar de quinhentos mil barris por dia, a PPSA buscará a diversificação de operações comerciais, podendo:

I - vender até dez por cento do volume diário, limitado a cem mil barris, para refinarias brasileiras por meio de contratos de longo prazo, assegurada a paridade de exportação do preço de venda; e

II - contratar um segundo agente comercializador, para repartição dos volumes de petróleo da União a serem vendidos.

§ 12 O Ministério de Minas e Energia buscará, em razão do crescimento das curvas de produção de campos localizados no polígono do pré-sal e em áreas estratégicas, desenvolver um índice líquido para as correntes de petróleo bruto produzidas.

§ 13 Quando o volume transacionado por meio do índice líquido referido no parágrafo anterior corresponder, ao menos, a cinquenta por cento do volume total produzido no polígono do pré-sal e em áreas estratégicas, a PPSA passará a utilizar o índice líquido em seus contratos para a comercialização da produção de petróleo da União.

§ 14 Além das atribuições específicas que lhe são conferidas neste artigo, a PPSA buscará o desenvolvimento de suas funcionalidades comerciais, dentre as quais:

I - a supervisão e gerenciamento de operações de levantamento da produção;

II - a gestão contratual e a gerência administrativa para liquidação, faturamento e pagamento;

III - a formação e o aperfeiçoamento de empregados para busca de informações mercadológicas e para conhecimento de margens e dinâmicas das cadeias globais de

**downstream;** e

IV - a utilização de métodos alternativos de solução de controvérsias tais quais conciliação, mediação, arbitragem e determinação por **expert**.

Art. 5º O Ministério de Minas e Energia implementará ações objetivando a adoção, no País, dos modelos de agrupamento de recursos e de otimização da cadeia de valor para comercialização do gás natural da União.

§ 1º A adoção dos modelos referido no **caput** dar-se-á a partir de 31 de dezembro de 2024 ou do momento em que o volume total disponibilizado à União atinja os seguintes patamares, observando-se o que ocorrer primeiro:

I - dois milhões de metros cúbicos por dia, para a adoção do modelo de agrupamento de recursos; e

II - seis milhões de metros cúbicos por dia, para a adoção modelo de otimização da cadeia de valor.

§ 2º Ações a serem implementadas pelo Ministério de Minas e Energia buscarão a geração de demanda de mercado, o desenvolvimento de infraestruturas essenciais e a reforma do mercado de gás natural.

§ 3º Enquanto os modelos de agrupamento de recursos e de otimização da cadeia de valor para comercialização do gás natural da União não forem adotados, a PPSA buscará a comercialização direta ao operador do consórcio ou a qualquer outro consorciado, cujo respectivo campo produtor escoe gás natural.

§ 4º No caso da comercialização referida no parágrafo anterior, a PPSA indicará o comprador que receberá o gás natural da União, a ser disponibilizado fisicamente no ponto de partilha ou de medição a depender dos termos contratuais aplicáveis.

§ 5º O modelo de agrupamento de recursos para comercialização do gás natural da União, adotado a partir do atingimento do patamar dois milhões de metros cúbicos por dia, implicará:

I - no compromisso de limites mínimo de uso de gasodutos e plantas de processamento, assumidos pela PPSA por meio de cláusulas **take or pay**;

II - na seleção, pela PPSA, do agente comercializador, dispensada a licitação, com base nos seguintes critérios:

a) tarifa cobrada para a comercialização;

b) capacidade operacional;

c) ausência de possíveis conflitos de interesse comercial; e

d) posição doméstica de mercado do agente comercializador

III - na remuneração da União em bases volumétricas, com a distribuição equitativa de custos incorridos para monetização do gás natural e dos resultados alcançados pelo agente comercializador;

IV - no pagamento, pela PPSA, de uma tarifa ao agente comercializador;

V - na compra, pelo agente comercializador, da produção da União a preços de mercado caso a precificação reflita o valor do gás natural formado de forma transparente

VI - na contratação, pela PPSA, do seu agente comercializador por um período de até cinco anos, com avaliações anuais de desempenho e possibilidade de rescisão contratual em caso de **performance** significativamente inferior à paridade de mercado; e

VII - no desenvolvimento, pela PPSA, de capacidade técnica para:

a) o monitoramento do desempenho do agente comercializador, por meio do conhecimento de margens e dinâmicas da cadeia de valor do gás natural;

b) a administração de contratos com cláusulas **take or pay**; e

c) supervisão da movimentação do gás natural até o ponto de venda.

§ 6º O modelo de otimização da cadeia de valor para comercialização do gás natural da União, adotado a partir do atingimento do patamar seis milhões de metros cúbicos por dia, implicará, adicionalmente:

I - na criação, pela PPSA, de um departamento próprio para administração da venda de gás a consumidores de grande porte, que contemple as seguintes funcionalidades:

a) serviços de gestão de risco, incluindo execução, monitoramento e informação;

b) análises técnicas e de fundamentos de mercado;

c) programas de garantia de oferta;

d) integração **downstream** e **midstream**, opcionalidade e serviços de agregação de valor e tecnologia;

e) originação de clientes e desenvolvimento comercial;

f) operações de interface direta com clientes, de suporte à interface direta e de retaguarda administrativa;

g) gestão e programas de relacionamento com clientes;

h) aperfeiçoamento contínuo, incluindo avaliação de desempenho e **benchmarking**;

i) programas de sustentabilidade alinhados aos objetivos globais de

fornecedores, clientes e parceiros; e

j) maximização da utilização e contribuição de posições em ativos de transporte.

II - na missão da PPSA de liderar o desenvolvimento de um mercado para o gás natural produzidos no polígono do pré-sal e em áreas estratégicas.

§ 7º Caso a produção de gás natural da União atinja o patamar de seis milhões de metros cúbicos por dia, e PPSA decida manter suas operações restritas ao modelo disposto no § 5º, a empresa deverá:

I - diversificar seus relacionamentos comerciais por meio de contratos de longo prazo;

II - adotar serviços de gestão de risco, incluindo execução, monitoramento e informação;

III - implementar avaliações de desempenho e **benchmarking**;

IV - administrar contratos com cláusulas **take or pay**;

V - supervisionar a movimentação do gás natural até o ponto de venda; e

VI - desenvolver-se comercialmente.

§ 8º Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições do art. 4º desta Resolução aos modelos de agrupamento de recursos e de otimização da cadeia de valor para comercialização do gás natural da União.

Art. 6º A PPSA será a representante da União para fins de transferência da propriedade do petróleo e do gás natural.

Parágrafo único. A PPSA adequará seu estatuto social, nos termos do art. 4º, incisos II e V, da Lei 12.304, de 2 de agosto de 2010, a fim de exercer todas as atividades necessárias à implementação da política de longo prazo para comercialização do petróleo e do gás natural da União.

Art. 7º A PPSA deverá incluir, nos contratos celebrados, cláusula que, dentro dos limites legais e das melhores práticas da indústria, viabilize a comercialização do petróleo e do gás natural da União nas hipóteses de falha no levantamento de cargas.

Art. 8º A receita advinda da comercialização do petróleo e do gás natural da União, após a dedução dos tributos incidentes e dos gastos diretamente relacionados à comercialização, deve ser depositada diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional para destinação legal.

§ 1º Os tributos incidentes e os gastos diretamente relacionados à comercialização do petróleo e do gás natural da União deverão ser depositados em conta informada pela PPSA, que obrigatoriamente os contabilizará de forma clara e apartada da sua

própria contabilidade.

§ 2º Os gastos diretamente relacionados à comercialização do petróleo e do gás natural da União deverão estar previstos em contrato firmado pela PPSA com o comprador ou com o agente comercializador, bem como no edital do certame licitatório, quando for o caso.

Art. 9º Os contratos com os agentes comercializadores, quando celebrados, conferirão estrita confidencialidade aos documentos e informações disponibilizados por esses agentes para o exercício, do dever da PPSA, de monitoramento e auditoria das operações, custos e preços de venda.

§ 1º Os agentes comercializadores deverão ser capazes de documentar e justificar à PPSA os preços de liquidação utilizados.

§ 2º A PPSA, a Administração Pública Federal e seus órgãos de controle deverão respeitar o sigilo comercial de todas as informações classificadas como confidenciais pelos agentes comercializadores.

§ 3º Informações confidenciais recebidas pela PPSA serão tratadas com a devida confidencialidade, restringindo-se o acesso a tais informações aos seus empregados que, pela natureza da função desempenhada, tenham justificada necessidade de acesso.

§ 4º Consultores contratados pela PPSA, que tenham justificada necessidade de acesso, poderão receber informações confidenciais mediante assinatura de acordos de confidencialidade.

§ 5º Informações classificadas como confidenciais poderão ser divulgadas por força de lei ou por ordem judicial, ou ainda, por autorização escrita do agente comercializador protegido pelo sigilo comercial.

Art. 10 Durante o período de transição, que se estenderá, no máximo, até o dia 31 de dezembro de 2024, observar-se-á o seguinte:

I - na hipótese de comercialização indireta, os contratos com agentes comercializadores estipularão que as vendas praticadas deverão utilizar, como base, o preço de referência fixado pela ANP;

II - considerando as características do petróleo e do gás natural, as condições logísticas e a quantidade de potenciais compradores, a PPSA poderá autorizar, mediante justificativa, eventuais vendas pelo agente comercializador por preço inferior ao preço de referência;

III - na hipótese de comercialização direta, a PPSA utilizará os preços de referência fixados pela ANP como base para a negociação ou, caso prefira, realizará leilão com seguintes parâmetros:

a) oferta do petróleo e do gás natural da União por um preço no mínimo igual ao preço de referência fixado pela ANP;

b) aceite, mediante justificativa, de oferta inferior ao preço de referência caso



não haja interessados, desde que compatíveis com as condições de mercado;

c) utilização de **benchmarks** internacionais de preços de petróleo e gás natural no edital do leilão, desde que guardem relação com os preços de referência fixados pela ANP;

d) utilização de unidades de valor e volume de petróleo em dólares americanos por barril e de gás natural em dólares americanos por milhão de **British Thermal Unit** - BTU; e

IV - as vendas de que tratam o inciso II e a alínea “b” do inciso III deste artigo serão auditadas pela Auditoria Interna da PPSA, com periodicidade estabelecida pelo seu Conselho de Administração; e

V - a venda direta de gás natural por meio de negociação deverá considerar na formação de preços as limitações impostas por condições específicas de mercado em relação à infraestrutura de escoamento e processamento, acesso de terceiros a essa infraestrutura, bem como a quantidade de potenciais compradores no País.

Art. 11 O Ministério de Minas e Energia deverá estabelecer, no Contrato de Remuneração com a PPSA, mecanismos de prestação de contas anual da atividade de comercialização de que trata esta Resolução, prevendo, inclusive:

I - auditoria independente de demonstrações financeiras, abrangendo análise de conformidade das quantidades e dos valores envolvidos;

II - aprovação pelo Conselho de Administração da PPSA;

III - aprovação do resultado da prestação de contas, prevista no **caput**, com a respectiva transparência e publicidade das informações nela contidas, excetuando aquelas que eventualmente sejam de cunho estratégico empresarial; e

IV - medição da eficiência da PPSA, como gestora dos contratos para a comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União.

Art. 12 A realização dos leilões de que trata o art. 3º da Lei nº 13.679, de 14 de junho de 2018, dependerá da elaboração de política industrial integrada a ser desenvolvida no âmbito da Administração Pública Federal.

Parágrafo único. Os leilões previstos no **caput** observarão a paridade de exportação do preço de venda, as normas concorrenciais e a vedação de subsídios.

Art. 13 Os casos omissos relacionados à comercialização do petróleo e do gás natural da União serão dirimidos pelo Ministro de Estado de Minas e Energia.

Art. 14 Fica revogada a Resolução CNPE nº 15, de 29 de outubro de 2018.

Art. 15 Esta Resolução entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

**ALTE ESQ BENTO COSTA LIMA**  
**LEITE DE ALBUQUERQUE JUNIOR**